



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE O REGIME MILITAR NO
COLÉGIO DOM AMANDO EM SANTARÉM-PARÁ (1970-1980)**

**SANTARÉM – PARÁ
2017**

**JOELMA SUELY DE OLIVEIRA BEZERRA
MARIA JOSÉ SIQUEIRA DE FARIAS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE O REGIME MILITAR NO
COLÉGIO DOM AMANDO EM SANTARÉM-PARÁ (1970-1980)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciado em História e Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. André Dionei Fonseca.

**SANTARÉM – PARÁ
2017**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a prática do ensino da disciplina História ocorrido durante o regime militar, no Colégio Dom amando, no município de Santarém. Para melhor entendimento do tema, analisaremos os mecanismos de repressão utilizados para limitar ensino das ciências humanas, em especial a disciplina de História. Veremos também que esta disciplina sofreu um processo de esvaziamento com a criação de Estudos Sociais. De acordo com o contexto da época, foram criados os cursos superiores em licenciaturas curtas para que atendessem as necessidades ou exigências do mercado, fazendo com que se colocassem à disposição do Estado profissionais com uma qualificação mínima. Esse período da história brasileira trouxe sérias consequências para a educação no país, deixou como legado uma escola tradicional com princípios extremamente conservadores. Nessa perspectiva, faremos a análise da prática de ensino da disciplina História, tendo como aporte a abordagem da História Oral, através de entrevistas realizadas com os professores do educandário citado.

Palavras Chave: Ensino, História, Regime Militar, História Oral.

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the teaching practice of the History course during the military regime, at Dom Amando College, in the municipality of Santarém. To better understand the theme, we will analyze the mechanisms of repression used to limit the teaching of the humanities, especially the History discipline. We will also see that this discipline has undergone a process of emptying with the creation of Social Studies. According to the context of the time, the courses were created in short degrees to meet the needs or requirements of the market, making it available to the State with a minimum qualification. This period of Brazilian history brought serious consequences for education in the country, left as a legacy a traditional school with extremely conservative principles. From this perspective, we will analyze the teaching practice of History, with the Oral History approach, through interviews with the teachers of the educandário mentioned.

Keywords: Teaching, History, Military Regime, Oral History.

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar o Ensino de História durante o período do regime militar no Colégio Dom Amando no município de Santarém-PA. Como já foi demonstrado em diversos estudos, esse foi um período da história do Brasil em que a liberdade de manifestação e de pensamento era proibida. Queria-se eliminar toda e qualquer forma de discordância da ideologia conservadora que guiou os golpistas que tomaram o poder em março de 1964. Na educação não foi diferente, até mesmo porque o ensino era considerado ambiente mais favorável à formação do pensamento crítico.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar como se deu a prática do ensino de História durante o regime militar no Colégio Dom Amando no município de Santarém, Estado do Pará. Tendo como objeto de análise a prática docente dos professores das disciplinas de ciências Humanas desse estabelecimento de ensino. Neste sentido, fizemos entrevistas com dois professores que atuaram no Colégio Dom Amando, durante as décadas de 1970 e 1980, por meio das quais os professores relataram suas experiências em sala de aula durante este período.

O presente artigo encontra-se subdividido em três partes, sendo que na primeira abordamos o cenário político da época e como era vista a educação brasileira pelas lentes dos militares. Na segunda parte tratamos dos aspectos teóricos e metodológicos que nortearam a análise das fontes e, por fim, partimos para a análise dos relatos dos docentes que atuaram no colégio Dom Amando entre os anos de 1970-1980. Sobre o recorte temporal é preciso destacar que não abarcamos os 21 anos do regime porque os nossos entrevistados atuaram na unidade escolar em estudo entre a década de 1970 e 1980.

Sendo assim, dentro desse contexto de forte controle autoritário sobre a educação, algumas disciplinas tiveram uma vigilância mais ferrenha, dentre elas podemos destacar as ciências como a Geografia e a História. Ocorreram também muitas restrições ao que ensinar e como ensinar com o objetivo de cercear o pensamento crítico tão característico dessa área de conhecimento.

Contudo, a disciplina História passou a servir de suporte para o sistema de governo vigente, pois nesse novo modelo de disciplina o ensino ficou voltado a atender as expectativas dos militares:

A disciplina de História passou a servir como justificadora do sistema governamental vigente, pois terá sua estrutura de ensino voltada para atender as

bases ideológicas dos militares obtendo respostas isoladas e totalmente descontextualizadas, impedindo assim uma reflexão mais crítica, visto que o homem comum não era visto como um ser participante da construção histórica a qual estava inserido. (PLAZZA; PRIORI, p. 03).

No entanto, somente determinar mudanças nos currículos, não era garantia de que as imposições feitas pelo Estado seriam aplicadas. Era preciso que na sala de aula existisse alguém que estivesse apto a repassar essas ideologias. Conforme Marta Reis:

Tais medidas nos faz supor que há, por parte do Estado a compreensão de que o desenvolvimento das políticas educacionais em conformidade com seus interesses requer a existência de um professor que de fato implemente no ato de ensinar. Para garantir a existência de tal profissional há a necessidade de se mudar os rumos dos cursos de formação de professores e, ao mesmo tempo, disponibilizar recursos didáticos que, de alguma forma, garantam a implementação de tais políticas (REIS, 2012, p. 278).

O professor ideal para os militares seria o que fosse um mero transmissor de conhecimentos, aquele que não provocasse os alunos à reflexão, ou seja, um professor “conteudista”, que estivesse em sala de aula somente para repassar os conteúdos aos alunos.

O período da história determinado de regime militar foi, como já afirmamos, um momento marcado por um rígido controle por parte do Estado, as escolas também sofreram com esse comportamento, vimos que alguns professores tiveram limitações ao lecionar sua disciplina, além das reformulações, muitos professores foram reprimidos, demitidos e perseguidos. Este quadro fica bem esclarecido quando estudamos os profissionais que trabalharam em escolas públicas naquele período, porém, há muito poucas pesquisas que privilegiaram o ensino de história nas escolas particulares. E é por esse motivo que escolhemos o Colégio Dom Amando para realizarmos a nossa pesquisa, para que através da memória de seus professores possamos conhecer de que forma o ensino das disciplinas da área de humanas foi desenvolvido naquele período da história brasileira.

O Colégio Dom Amando, localizado na Cidade de Santarém-PA, na Praça Barão de Santarém, número 01, ocupa uma área de 44.691,4m. Fundado por Dom Anselmo Pietrulla em 14 de março de 1943, começou a funcionar com duas turmas da primeira série ginásial somente para os rapazes. Esteve sob a direção dos Padres Franciscanos até 1951, quando chegaram os quatro primeiros Irmãos da Congregação de Santa Cruz a Santarém: irmãos Richard Grejczyk, Paul Schaefer, Genard Greene e Jayme Walter. O ano de 1961 foi muito importante para a instituição, pois marca a abertura do curso colegial. O então Ginásio passou a se chamar Colégio Dom Amando. Em 1967, o curso colegial abriu as portas aos jovens que queriam estudar Ciências Humanas, Biológicas ou Exatas.

Desde a chegada dos Irmãos, o número de alunos e de salas de aula aumentou 600%, segundo dados fornecidos pelo próprio colégio, algo que não surpreende, pois colégios confessionais, por suas características conservadoras, eram muito disputados nesse momento histórico em que a pátria, a família e a propriedade estavam entre as grandes preocupações da classe média brasileira.

Portanto, fizemos a análise das implicações do regime militar no ensino de história, refletimos sobre os efeitos sofridos na estrutura dos cursos de formação de professor, sobre a tentativa de desfiguração do ensino de história na educação básica e nas estratégias usadas pelos militares para impor seu modelo de sociedade e cultura. Recorremos às memórias dos professores, agregando informações fundamentais daquele contexto, para compreender as tentativas de cerceamento em sala de aula por parte do Estado, bem como as resistências, acomodações, lutas que permearam a construção de suas identidades profissionais.

Em face do exposto, tomamos a história oral como metodologia, pois através da contribuição dos atores envolvidos em diferentes momentos históricos, podemos ter acesso a diferentes visões dos acontecimentos passados, o que nos possibilita atingir o universo dos esquecidos, aqueles que raramente aparecem nos documentos escritos. Assim, a história oral é um instrumento de análise que permite desafiar o juízo inerente à história tradicional e seus mitos (THOMPSON, 1998), bem como à memória oficial que, ao se pretender hegemônica, negligencia tensões e disputas, reflexos das relações de poder.

As pesquisadoras Julia Matos e Adriana de Senna definem História Oral como: “procedimento metodológico que busca registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências e lembranças daqueles que se dispõe compartilhar suas memórias com a coletividade” (MATOS & SENNA, 2011 p.3) Nesta mesma vertente, Verena Alberti define História Oral como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de aproximar os objetos de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989. p. 52).

A história oral, nas palavras de Joutard (2000, p.33):

[...] nos revela o —indescritível, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos seja porque são consideradas —muito insignificantes!— é o mundo da cotidianidade- ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de se transmitir pela escrita.

Além disso, a história oral pode proporcionar novos rumos de interpretação, pois traz consigo a possibilidade de fazer emergir outras informações que não são encontradas em fonte de caráter oficial. De acordo com Portelli (1997), a história oral encontra-se atrelada a processos históricos e culturais que são discutidos através de diálogo com as vivências dos indivíduos. Como consequência, nascem as fontes orais que a partir daí são contextualizadas. Para esse mesmo autor, as entrevistas são resultado da imbricação de duas visões: o entrevistador e o entrevistado.

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosos [...] a entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe mas ela pede por isto (PORTELLI, 1998. p. 9-10).

Além disso, buscamos entender também qual a relação entre memória e história, uma vez que esta fonte de pesquisa também será utilizada para a construção deste trabalho, para tanto recorreremos a Michel Pollack que diz: “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p. 2). Ou seja, cada indivíduo traz consigo uma maneira especial para identificar um determinado fato, a memória também é seletiva, registra apenas o que de fato é considerado importante. Em todos os momentos do dia a dia o passado surge espontaneamente.

Para Halbwachs, o passado “deixou muitos traços visíveis algumas vezes e que se percebe na expressão dos rostos, nos aspectos dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes” (HALBAWACHS, 2004, p.72). E é com este intuito que a pesquisa é pensada, não só como valorização da história local, mas também para sabermos se, apesar de todo o controle da época, os docentes conseguiram de alguma forma se contrapor o que lhes era ordenado.

Michel Pollack lembra “que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”, ou seja, o autor quer nos dizer que esses marcos não se perdem no tempo e que através dele o historiador poderá construir suas fontes, a partir das histórias compartilhadas por um alguém que vivenciou esse marco num determinado período de tempo. Trazendo essas reflexões para nossa pesquisa, as memórias dos professores de história irão nos ajudar a compreender como o ensino das ciências humanas durante o período do regime militar.

Porém, tendo a História como uma ciência que se relaciona com a memória, passível a interferências, Jacques Le Goff diz que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 411). Julia Silveira Matos e Adriana Senna nos dizem que a “memória e passado são objetos da história e motores para o seu desenvolvimento. A memória é indispensável para a construção da história oral, integra-se à história geral” (MATOS & SENA, p. 7). Com isso, as memórias são contribuições construídas no presente a partir de fatos ocorridos no passado, através dela podemos multiplicar vivências e acontecimentos de indivíduos que em determinado momento estiveram presentes e que, a partir de suas narrativas, fazem com que algo que aconteceu em um período distante fique mais perto de nós. Portanto, para esta pesquisa torna-se importante os relatos das memórias dos professores que foram entrevistados, pois eles nos trarão o olhar sobre as suas vivências durante o período em questão.

2 – AS IMPLICAÇÕES DO REGIME MILITAR NO ENSINO DE HISTÓRIA

O pós-64 traz um novo cenário para o país, que deveria funcionar de acordo com os interesses do capitalismo internacional e da política econômica de desenvolvimento com segurança. Cassações, perseguições, mortes, censura era o quadro que se vivia naquele momento, contrapondo-se a isto um movimento forte de resistência que crescia entre os segmentos da sociedade.

Tentemos entender como as redes de poder e autoritarismo atuaram sobre a educação brasileira, utilizando as relações de força, para a obtenção e defesa de seus propósitos e objetivos. Segundo Bourdieu e Passeron:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU & PASSERON, 1992, p. 19)

A educação no Brasil durante o período do regime militar passou por diversas mudanças, com o objetivo de adaptar o ensino aos objetivos políticos e ideológicos implantados pelo golpe de 64. Sobre isso, Filgueiras diz que:

A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era

considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada – da formação de um espírito nacional (FILGUEIRAS, 2008. p.84-85).

O objetivo central era a valorização do ensino profissionalizante e também do tecnicismo pedagógico, pois estes eram considerados instrumentos para alcançar a inserção do Brasil no cenário político e econômico internacional. A educação deveria fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, visava uma formação mecânica, extremamente desligada da realidade de muitos cidadãos. O aluno não fazia parte da construção do conhecimento, era impedido de criar e de criticar, pois o pensamento crítico e o conhecimento da realidade eram considerados perigosos ao sistema vigente. A ideia era formar pessoas passivas e obedientes, cidadãos que obedecessem às autoridades de acordo com os princípios do regime militar.

É nesse contexto histórico e político que os militares passaram a entender que seria necessário um maior controle sobre o sistema educacional. Sendo assim, cria-se a Lei 5.540/68, baixada pelos militares para reformular o sistema de ensino atendendo aos interesses do Estado autoritário. A partir dessa lei, foi oficializado o ensino dos Estudos Sociais nas escolas brasileiras que buscava normatizar o ensino da área de ciências humanas (SCHIMIDT & CAINELLE, 2004). Nesse mesmo contexto houve a diluição das disciplinas de História e Geografia e surgiram as licenciaturas curtas e longas em Estudos sociais. Selva Guimarães Fonseca destaca:

O governo, como demonstrou o quadro anterior, detém a função planejadora e os professores vão paulatinamente sendo desapropriados de sua função criadora. O processo de desqualificação do professor, estrategicamente colocado pelo Estado, retira daquele profissional a função de pensar. Para que ensinar; a quem ensinar; como e quando ensinar: autoritariamente, estas questões passam a ser respondidas pelos especialistas, alheios ao processo do ensino/aprendizagem (FONSECA, 2003, p.27).

Ao analisar os conteúdos de Estudos Sociais, Selva Guimarães Fonseca afirma que eram conteúdos generalizantes e sem a especificidade do conhecimento histórico e que o processo de ensino aprendizagem reforçava apenas a dimensão reprodutora (FONSECA, 2003). Uma outra estratégia usada pelos militares no campo educacional, foi a institucionalização dos cursos de licenciatura curta que vinham satisfazer aos interesses do Estado, tornando os profissionais reprodutores de um saber dogmático. A respeito disso, a referida autora diz:

As licenciaturas curtas vêm acentuar ou mesmo institucionalizar a desvalorização e a conseqüente proletarização profissional da educação. Isso acelera a crescente perda

de autonomia do professor diante do processo de ensino e aprendizagem na medida em que a sua preparação para o exercício das atividades docentes é bastante limitada. Assim as licenciaturas curtas cumprem o papel de legitimar o controle técnico e as novas relações de dominação no interior das escolas. Os cursos superiores de estudos sociais são implantados nacionalmente, sendo extintos somente nos anos 80 e 90, após formarem grande número de professores em todo Brasil (FONSECA, 2003, p.20).

Essas licenciaturas formariam profissionais menos qualificados, já que esse tipo de qualificação seria feita de maneira rápida, como o próprio nome “curtas” indica. A formação tinha como objetivo entregar à sociedade meros proletários da educação. O professor era visto como o detentor do saber, então precisava-se atacar justamente a sua formação, aí se encaixavam os cursos de licenciaturas curtas oficializados pela lei 5692/71. Sobre essa modalidade de ensino Marilena Chauí afirma: “Estas e suas sucessivas portarias regulamentam a implantação de Estudos sociais e da licenciatura curta para formar professores polivalentes em ciências humanas no irrisório prazo de um ano e meio” (CHAUÍ, 1978, p.148).

Tudo o que foi criado e imposto pelo Estado naquele momento era com o intuito de formar cidadãos passivos, incapazes de se insurgir contra os governantes:

[...] a desqualificação dos professores, sobretudo o professor de História, no bojo do processo de reformas, era estratégica para o poder político autoritário. É evidente que as outras medidas também eram importantes politicamente, mas formar um professor de acordo com as concepções do regime significava conseguir hegemonia e legitimidade a médio e longo prazo, no espaço educacional voltado para as massas. Desqualificar o professor de História, ou qualificá-lo e prepará-lo para uma escola que impunha tarefas e necessidades de submissão à maioria da sociedade brasileira, significava, sem dúvidas, fortalecer e legitimar um modelo antidemocrático e concentrador de riquezas, além de limitar ainda mais as possibilidades de debates mais profundos (na área) no interior das nossas escolas de 1º e 2º graus (FONSECA, 2003, p.29).

De acordo com Selva Guimarães, a criação da Lei 5.540/68 assentava-se em uma lógica política que queria tolher o espírito crítico no sentido de controlar e reprimir as opiniões e os pensamentos dos cidadãos, eliminando toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário (FONSECA, 2003).

Além disso, outras disciplinas foram criadas, podemos destacar as de Educação Moral e cívica e Organização Social e Política Brasileira que, juntamente com a história, auxiliaram no mecanismo de controle e dominação social. Tais mudanças estão ligadas à concepção de que os professores de História eram responsáveis pela formação de “mentes subversivas” dos cidadãos. As novas disciplinas criadas tinham o objetivo de formar e manter uma consciência

cívica, patriótica e disciplinar, no entanto os professores e suas ações deveriam se adaptar aos novos objetivos propostos por estas disciplinas. Martins destaca que:

Em sua característica meramente escolar, e sem uma disciplina acadêmica que fornecesse suporte para a configuração dos conhecimentos, a OSPB agia, juntamente com a EMC, com uma característica muito mais prescritiva que os demais conteúdos escolares, uma vez que seus princípios eram especialmente os de promover o entendimento da ordem social e do organograma estatal. Dentre os seus conteúdos, destacam-se as definições dos três Poderes brasileiros – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a organização administrativa do estado, o conceito de participação, de comunidade, de sociedade. E, embora, por vezes, seu conteúdo se confundisse com o de EMC, ela pode ser considerada uma disciplina muito mais racional e técnica, bastante pertinente para o modelo curricular que se estabeleceu durante a ditadura, que abraça o tecnicismo como matriz curricular e pedagógica. (MARTINS,2014, p.45).

Para Cunha e Góes, a obrigatoriedade de ensino da disciplina de Educação Moral e Cívica teria como principal objetivo:

[...] ser uma prática educativa visando formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres. (CUNHA & GÓES,1999, p. 140)

Durante o regime militar, a ação pedagógica dos professores de história foi imposta e manipulada pela classe dominante, tudo era repassado de maneira condizente com a concepção ideológica/cultural destas classes. Para Bourdieu e Passeron”[...] toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (1992, p.20). Contudo, pôde-se ver que durante as décadas de 1970 e 1980, as lutas pela reorganização do ensino de história e pela valorização do profissional da área, invadem todo o Brasil. A partir dos anos 1980, inicia-se o processo de crise do regime militar, envolvendo não só o Brasil, como também os demais países constituídos dessa forma de governo na América Latina. Sobre isso Carlos Teixeira da Silva afirma:

Vemos assim, desde já os principais atores em presença no longo jogo político denominado abertura: a pressão exterior, representada principalmente pelo governo Carter e, também, os condicionantes da economia mundial; o projeto de abertura do poder militar, traduzido na estratégia Geisel-Golbery, e a ação autônoma, porém condicionada, da oposição. Estes são os principais atores em presença, embora não necessariamente únicos, ao longo dos anos de 1970-1980, em torno de ampla luta sobre forma, objetivos e ritmo da abertura, ou transição, do regime militar implantando em 1964 em direção a um Estado de Direito (SILVA, 2007, p. 247).

Além dos citados por Silva, a luta pela anistia e a campanha das diretas são considerados como elementos que contribuíram para o fim do regime militar no Brasil.

Nessa nova atmosfera, desenvolveram-se as primeiras manifestações públicas desde 1968. O movimento estudantil e a luta pela anistia ocuparam espaços a partir de 1977, agitando reivindicações democráticas. Em 1978 entraria em cena, inesperadamente, o movimento operário, com a greve de São Bernardo. Nada ainda estava muito claro, como às vezes se imagina hoje, de forma retrospectiva, ao se dizer que a abertura caminhava inevitavelmente para o fim da ditadura. Ao contrário: havia muitas dúvidas no ar, e também muita repressão, não se devendo esquecer que os temíveis aparelhos da polícia política ainda estavam intactos, à espreita (REIS, 2000, p.32).

É nesse cenário que a reorganização do ensino de história e a questão da valorização docente ganham força. Professores de todo o país se unem, articulando propostas para uma nova revisão curricular e para exigir melhores condições para o exercício do magistério.

No âmbito acadêmico e educacional começa a tomar corpo a oposição ao Regime. As reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência), a partir de 1974, em Recife, transformam-se em significativo *Fórum* oposicionista. Em 1975 realiza-se na Unicamp um importante seminário para discutir o autoritarismo na América Latina. Em 1978 a política educacional do regime é posta em questão durante o —I Seminário Brasileiro de Educação, que ocorreu em Campinas-SP. No final dos anos 70, a UNE ressurgiu, cresce a formação de associações de docentes universitários (uma novidade), os professores de 1º e 2º graus mobilizam-se e promovem greves, cujo ponto principal de pauta eram os baixos salários (GERMANO, 2011, p.216).

Iniciam-se portanto, as ações de revisão nas leis que regem o ensino de história e nos processos curriculares de diversas secretarias de educação. Contudo, pode-se afirmar que a década de 1980 foi a época de mudanças significativas, com o intuito de resgatar os currículos de história, “depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase que fonte ‘exclusiva’ e ‘indispensável’ para o processo de ensino-aprendizagem” (FONSECA, 2003, p. 86).

Assim, a década de 1980, foi marcada pelas questões sobre a retomada da disciplina história como espaço para um ensino crítico, centrado em discussões sobre temáticas relacionadas com o cotidiano do aluno, seu trabalho, sua historicidade. O objetivo era recuperar o aluno como sujeito produtor da História, e não como mero espectador de uma história já determinada, produzida pelos heroicos personagens dos livros didáticos (SCHMIDT E CAINELLI, 2004, p. 12-13).

Nesse contexto é que os professores das disciplinas de ciências humanas passam a exigir o fim da disciplina de Estudos Sociais. Têm-se, com isso, uma ruptura dos padrões impostos pelos militares aos conteúdos de História. Surge um outro movimento que ganha

relevância nesse momento, a aproximação da escola com a universidade, como explicita Fonseca:

Os problemas do ensino de história no 1º e 2º graus eram também problemas das universidades (...) uma vez que nelas se formam os professores, delas saíram os ‘melhores livros didáticos’, os guias curriculares e os cursos de atualização. Entretanto, a academia não assume estes problemas e, pretendendo-se separada do social, culpa os outros pela ‘feiura’, pela ‘ideologização’ e pelo baixo do ensino do 1º grau (...) No decorrer dos anos 80, o discurso de integração universidade, ensino de 1º e 2º graus torna-se uma das fórmulas de minimizar os problemas e renovar o ensino de História. O Ministério da Educação assume este discurso e cria projetos de integração universidade/ensino de 1º e 2º graus, dentro de várias áreas. Em história surgiram vários projetos ligados a diferentes universidades. Exemplo disso, o trabalho da PUC de São Paulo e professores de 1º grau que resultou na publicação da obra: O ensino de história-revisão urgente (...) Surgem financiamentos, publicações e investimentos públicos de várias formas, tentando investigar a questão e superar o ‘distanciamento’ e o ‘descompromisso’ da universidade com o 1º grau, como alternativas aos problemas oriundos desta suposta separação (FONSECA, 2004, p.122-123).

Assim, emergia uma nova configuração do ensino de História. O professor passou a ser visto como um profissional que deve estar preparado para o exercício da docência, produzindo e ajudando a produzir conhecimento, a escola passou a ser considerada como um espaço de convivência de múltiplas culturas e experiências, o conhecimento, por sua vez, deixa de ser uma mera transposição didática. Tudo isso fomentado por uma política real de formação docente.

3- AS MEMÓRIAS DOS PROFESSORES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste tópico buscamos analisar as memórias dos professores a partir de suas práticas e saberes, considerando suas experiências como docentes que atuaram no período do regime militar. Portanto, é importante ressaltar que é fundamental: “distinguir o juízo estético das entrevistas – o fascínio pelo texto e pelo contexto da história – do juízo prático, que afinal, explica o indivíduo em sua intenção narrativa” (MEIHY & HOLANDA, 2015, p. 131). Para Verena Alberti, sobre a escolha dos entrevistados é importante que:

A partir da posição dos entrevistados no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2004, p. 31).

Entrevistamos dois professores das disciplinas de ciências humanas que atuaram como docentes no período do regime militar no Colégio Dom Amando, em Santarém Pará, sendo eles: Liduína Maia e Ivan Sadeck. Para isso utilizamos como fonte a história oral, pois a partir

dela podemos obter o passado que está no presente, também nos traz as experiências de pessoas anônimas, de maneira que sua memória passe a ser objeto de estudo.

Nesta pesquisa, o trabalho com a história oral se deu da seguinte forma: foi elaborado um roteiro para as entrevistas com os professores que dentre as perguntas realizadas com o intuito de compreender como esses docentes viram esse período, se existiu algum tipo de atitude de resistência por parte deles e, se houve, como essa resistência se manifestava na prática do dia a dia da sala de aula. Buscamos ainda compreender como era o cotidiano escolar e o comportamento de professores e alunos do Colégio Dom Amando durante aquele período. As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro que facilitou a conversa com os entrevistados, fazendo com que estes não se dispersem do tema. Sobre o roteiro Verena destaca que:

Como sugere o nome, trata-se de um roteiro amplo e abrangente, que contém todos os tópicos a serem considerados na realização da entrevista, garantindo a relativa unidade do acervo produzido. É importante que nas entrevistas realizadas os pesquisadores procurem abarcar questões que foram definidas como gerais a todos os entrevistados (ALBERTI, 2004, p. 84).

A autora acrescenta ainda que existem dois tipos de entrevistas, as de história de vida e as entrevistas temáticas; neste trabalho usaremos a temática porque trataremos da atuação dos professores de história em sala de aula durante o período militar a partir das medidas impostas pelo Estado autoritário.

O primeiro entrevistado foi a professora Liduína Maia, que nos recebeu em sua residência. A docente possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialização em Psicopedagogia e Interdisciplinaridade pela Universidade Luterana do Brasil. Atualmente, é professora titular do Instituto Esperança de ensino superior e trabalhou como professora no Colégio Dom Amando, nos anos de 1973-2003, ministrando as disciplinas de História do Brasil e História Geral.

Em seguida entrevistamos o professor Ivan Sadeck, também em sua residência. Este, possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), por algumas vezes foi diretor do Colégio Álvaro Adolfo da Silveira, onde também ministrou aulas de ensino religioso. O senhor Ivan também eleito vereador no município de Santarém para a legislatura de 1988-1991. Vale ressaltar que os dois professores não fazem mais parte do corpo docente do Colégio Dom Amando. Sobre os entrevistados Verena Alberti destaca:

A importância da biografia do entrevistado na elaboração de um roteiro individual varia conforme o enfoque dado à entrevista, considerando-se sempre os objetivos da pesquisa. Em geral, quando se preparam entrevistas de história de vida, nas quais o interesse repousa sobre a trajetória de vida do sujeito, desde a infância até momentos

atuais, o conhecimento de sua biografia é fundamental para a elaboração do roteiro. Já nos casos de entrevistas temáticas, nas quais o depoente é solicitado a falar apenas sobre determinado tema, um conhecimento exaustivo de sua biografia pode não ser tão relevante. Mas tanto num caso quanto no outro, devem se considerar os dados biográficos do entrevistado (ALBERTI, 2004, p. 89).

Partiremos agora para as análises das falas dos entrevistados. Como afirmamos, anteriormente, a primeira entrevista foi da professora Liduina Maia. Quando perguntada sobre suas lembranças em relação ao ensino durante os anos de regime militar a professora destaca:

Comecei a dar aulas no Dom Amando nos anos 1980, ainda existia um resto de ditadura militar, um fato que ficou guardado em minha memória foi que quando eu lecionava pra o primeiro ano do segundo grau, tinha na sala de aula um sargento do 8º BEC, eu dava aula de História Geral. Depois de muito tempo nós nos encontramos e ele me confidenciou que tinha se matriculado para “vigiar” a ação dos professores.¹

Diante da fala da professora, o que podemos destacar é que existia um controle sobre os professores feito diretamente pelos militares que estavam presentes em sala de aula, causando uma certa inquietação ou intimidação. Em outro momento, essa mesma professora relata a dificuldade que ela tinha em ministrar as aulas, seu posicionamento contrário ao sistema incomodava não só os pais dos alunos como também os colegas de trabalho. A docente relatou, aos risos, que: “as pessoas que eram contra o que estava acontecendo na época eram comunistas. Eles diziam assim, essa professora é comunista.”

Esta fala da professora nos remete ao decreto-lei 477 de 1969, que tinha por objetivo vigiar e restringir a atuação de professores, alunos e funcionários nas escolas. Segundo Cunha e Góes:

Essa norma repressiva dizia que cometeria “infração disciplinar” o professor, o aluno ou o funcionário de estabelecimento público ou privado que se enquadrasse em diversos casos, entre os quais os seguintes, aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização da atividade escolar ou participar nesse movimento[...] (CUNHA & GÓES, 1994, p. 38).

Como já destacado, o período foi marcado por vigilância aos profissionais da educação, tudo que ia ser repassado nas escolas era vistoriado pelo Estado. Perguntamos à entrevistada sobre a direção da escola Dom Amando para saber como os diretores reagiam à ingerência do governo nas unidades escolares?

Bem, o que me recordo e que é bem interessante, é que o irmão José Ricardo, não me dizia para mudar. Então via que existia um apoio por parte dele, então me sentia livre em dar minhas aulas, falava o que eu pensava, dava minhas aulas, sempre

¹ MAIA, Liduina. Entrevista concedida Joelma Oliveira em 22 de jul. 2017.

demonstrando o meu posicionamento a tudo que estava acontecendo naquele período.²

Com isso, a professora disse que, por lecionar em uma escola particular, tinha mais liberdade. Referindo-se a sua prática ela afirmou que buscava dar o máximo de informações aos alunos, fazendo com que eles entendessem o que estava acontecendo e, com isso, tomar suas próprias decisões, contra ou a favor do sistema. Vale ressaltar que nem todos professores e uma grande parte da população estava consciente sobre os fatos desencadeados pelo regime militar. Em um determinado momento, a professora faz referência a colegas seus, afirmando que haviam professores que seguiam diferentes orientações:

Apesar de sentir o apoio da direção do Colégio via que alguns colegas não me apoiavam. Quando batia a campã e eu saía da sala, o outro colega que entrava dizia aos alunos que aquilo que eu ensinava era errado, que tudo era mentira, que eu era comunista. Via que alguns dos meus próprios colegas eram contra o que eu fazia pensavam ao contrário de mim, é isso me atrapalhava um pouco.³

Em relação aos colegas de profissão, a professora diz que achava que muitos, embora tivesse consciência de que o país vivia uma situação de autoritarismo, acabavam se silenciando por medo das represálias do regime militar. As memórias da professora nos levam a ter uma visão de autonomia, liberdade e resistências, o que nos remete a uma questão já ressaltada nesta pesquisa, de que houve resistência. O relato feito pela professora Liduina, ainda que ela não consiga lembrar, em detalhes, dos conteúdos trabalhados, é um exemplo que existiram profissionais da educação que resistiram aos desígnios dos militares.

Dando prosseguimento as entrevistas, conversamos com o professor Ivan Sadeck que na década de 1980 foi professor do Colégio Dom Amando, ministrando as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso. No início dos seus relatos o professor Ivan Sadeck afirma que começou a dar aulas antes mesmo de entrar na faculdade.

Eu era seminarista, e a partir de um convite da Escola Álvaro Adolfo que iniciei a minha carreira de professor, eu ainda era aluno do antigo colegial e como tinha uma carência muito grande de professor fui dar aula lá e por lá fiquei trinta e sete anos. O que trago na lembrança sobre o regime militar é que nesse período chegou aqui um grupo de militares que estudavam no colégio, e se fazia necessário ser mais cauteloso dentro da sala de aula.⁴

Como se vê, o clima de apreensão com a censura fica explícito nas memórias do professor Ivan, ao relatar que a partir da chegada dos militares todos os docentes da escola

² MAIA, Liduina. Entrevista concedida Joelma Oliveira em 22 de jul. 2017.

³ MAIA, Liduina. Entrevista concedida Joelma Oliveira em 22 de jul. 2017.

⁴ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

passaram a ter “cautela” nas suas atividades cotidianas. A fala do professor também nos remete à obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica, que como lembra Cerezer:

A ideologia política dos governantes militares utilizava os mais variados meios para a sua disseminação na sociedade, incluindo aqui o trabalho de professores de história que, em sua maioria foram designados para dar aulas de Educação Moral e Cívica e OSPB, disciplinas que tinham como objetivos a formação da Consciência do caráter, da moral, e do patriotismo dos sujeitos, componentes importantes para a defesa e aceitação da ideologia política do Estado autoritário (CEREZER, 2009, p.12).

O professor relata que quando ia para a sala de aula ministrar a disciplina Moral e Cívica ele seguia o que estava nos livros: “sabia de tudo, nomes, datas, locais, causas, todos os acontecimentos. Repassava tudo para os alunos”⁵. Isso nos revela que o currículo que o orientava nesse tempo era o chamado “tradicional”, ou seja, cabia ao professor reproduzi-lo e cumprir o que estava escrito.

Quando questionado sobre a convivência com a direção do Colégio e os demais professores, Ivan Sadeck nos respondeu assim:

Trabalhei durante alguns anos no colégio Dom Amando, o diretor era mais livre em relação ao momento em que vivíamos, lá existiam professores contra e a favor dos militares, mas em nenhum momento vi por parte dele alguma imposição em relação ao que se devia ensinar, mas claro que nós professores tínhamos que nos policiar ao que íamos ensinar. Nesse momento em que fui trabalhar lá no CDA já estava quase formado, minha área é a geografia, mas, trabalhava no colégio com Educação Moral e Cívica, já que tinha uma formação cristã, devido ter estudado no Seminário São Pio X.⁶

O relato do professor nos permite perceber que, embora a direção tentasse passar um ar de “neutralidade”, o clima era de tensão já que todos os professores deveriam se “policiar”. Um outro ponto que se destaca na fala do senhor Ivan, é sobre a disciplina Educação Moral e Cívica mais uma vez presente, confirmando a troca da disciplina de História por disciplinas que exaltassem o patriotismo. Sobre essa questão, Osvaldo Cerezer diz que:

Com isso, é possível compreender os conceitos educacionais e ideológicos presentes na educação, e quais os objetivos ou metas a serem alcançadas por meio da obrigatoriedade de ensino das disciplinas de Educação Moral e cívica e Organização Social e Política Brasileira, frente ao contexto histórico pós – 64. Essas articulações fazem-se necessárias, pois é nessa complexa rede de poder e autoritarismo que foi gestado o relacionamento entre as práticas pedagógicas dos professores e o regime militar, assim como as suas consequências sobre a vida desses sujeitos (CEREZER, 2009, p. 2).

⁵ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

⁶ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

Talvez por essa razão, por ter formação de seminarista, em nenhum momento o professor se posicionou contra ou a favor do regime militar, em toda a sua fala percebemos que apesar do clima em que se vivia naquele momento, o professor nada sofreu com as interferências das imposições do governo o que o diferencia da professora Liduina que, desde o princípio da nossa conversa, deixou bem claro o que defendia.

O professor Ivan relembra que a disciplina moral e cívica era “a matéria que repassava o espírito de patriotismo”⁷ e afirmou: “lembro que tinha muitos conteúdos que falavam em virtudes, a formação do cidadão.”⁸ Então, na concepção do professor, não havia dificuldades em trabalhar os conteúdos. “Fazíamos muitos trabalhos em grupo, pesquisas, onde o livro didático servia como referência.”⁹ Percebe-se que o referido professor seguia à risca as diretrizes educacionais do governo, por isso mesmo, não via dificuldade em exercer a docência. Sobre o ensino de Moral e Cívica Cunha e Góes dizem:

Ela deveria ser uma prática educativa visando formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (CUNHA E GÓES, 1994, p. 74).

Em outro momento da conversa o professor relacionou alguns pontos que ele considera que foram positivos na cidade durante o período militar.

Apesar do momento que vivíamos, a cidade recebeu alguns investimentos que serviram como impulso pra economia local, como: a criação da Usina de Curuá-Una, investimentos para a criação do AIS do porto, e foi também nesse período que Santarém ganha seu hotel cinco estrelas, o Hotel tropical. Então, penso que nem tudo foram flores, mas tiveram alguns momentos que foram bons para a nossa cidade.¹⁰

A fala do professor nos transmite uma tentativa de defesa ao regime militar, contribuindo para enfatizar a ideia de que o regime não foi ruim, que foi algo necessário para o progresso do Brasil. Sobre esta visão de desenvolvimento o professor Anselmo Colares disserta em sua obra:

⁷ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

⁸ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

⁹ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017.

¹⁰ SADECK, Ivan. Entrevista concedida a Maria José Siqueira em 22 de jul. 2017

É deste período uma série de obras dos governos federal e estadual. Os anos 70 representaram o auge do desenvolvimentismo. A cidade era um canteiro de obras, máquinas em ação, construções por todos os lados: Hidrelétrica de Curuá-Una, Cais do Porto, Santarém-Cuiabá, redes de abastecimento de água e redes de esgoto, além de outras mudanças visíveis[...] (COLARES,1998, p. 200)

Diante dos relatos dos professores Liduina Maia e Ivan Sadeck, apesar dos dois estarem inseridos na mesma escola, podemos observar que estes tinham visão e atitudes distintas sobre o mesmo período. Verificou-se durante a conversa com a professora Liduina que, mesmo em um contexto de vigilância, o professor encontrava meios de refletir sobre sua prática, seus conteúdos e, de certa forma, resistiam ao autoritarismo que lhes era imposto. Situação diferente encontramos quando conversamos com o professor Ivan Sadeck que se sentia confortável como docente naquele período, pois tinha simpatia pelas ações do regime militar, uma situação que expressa muito bem como as cisões que haviam na sociedade naquele momento.

Com isso podemos salientar que, mesmo distante dos grandes centros, Santarém também vivia os ares do regime militar e que, no âmbito da educação, os tentáculos do Estado autoritário alcançavam as escolas desse município. Percebe-se, em contraponto a isso, que houve docentes que aderiram à lógica do Estado autoritário, por serem entusiasta do projeto militar, mas que também existiam docentes que, dentro das possibilidades, achavam formas de subverter o modelo educacional que era imposto pelo governo militar.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos de 1964-1985, o ensino de história ficou descaracterizado. A lei 5692/71, que transformou a disciplinas de História e Geografia em estudos sociais, foi o marco dessa desestruturação do ensino. As chamadas licenciaturas curtas estavam estruturadas para profissionais que deveriam ser meros reprodutores dos manuais de ensino, sem qualquer intervenção crítica sobre a real situação do país. Soma-se a isso o destaque atribuído às disciplinas de OSPB e EMC, que atendiam aos interesses do Estado autoritário.

A proposta desta pesquisa foi conhecer de que forma se deu o ensino de história durante esse momento tão emblemático da história de nosso país a partir do testemunho de dois professores da disciplina de História que atuaram em um reconhecido estabelecimento particular de ensino da cidade de Santarém, o Colégio Dom Amando, durante os anos de 1970 e 1980. Entendemos que a nossa pesquisa pode contribuir com a história da educação local,

pois como ressalta Tardif “há poucos estudos ou obras consagradas aos saberes dos professores. Trata-se, de fato, de um campo de pesquisa novo e, por isso, relativamente inexplorado, inclusive pelas próprias ciências da educação” (TARDIF, 2014, p. 32).

A partir deste estudo podemos ver que alguns professores, não diferentes aos demais docentes do Brasil, resistiram às imposições dos militares, enquanto que outros profissionais se enquadraram à lógica do Estado autoritário. No caso da professora Liduina Maia, vimos que ela, mesmo não sendo uma mulher que participasse ativamente de movimentos de resistência ao governo militar, não se deixou dominar pelos mecanismos de vigilância que faziam parte do cotidiano das escolas naquele período. Com cautela em seus pronunciamentos em sala de aula, a professora dava os encaminhamentos pedagógicos que lhe parecia serem os mais adequados para a formação do aluno na área de História, permitindo aos discentes construir seus próprios pontos de vista sobre a realidade. No caso do professor Ivan Sadeck, temos uma outra situação, também bastante peculiar desse momento histórico, pois ele, mesmo reconhecendo que havia cerceamento da liberdade em sala de aula, via com bons olhos o modo como o governo conduzia as políticas educacionais, especialmente pelos investimentos realizados na cidade de Santarém, ou seja, ainda que no aspecto educacional houvesse restrições quanto à autonomia dos docentes em sala, havia “pontos positivos” no governo militar que, no entendimento do professor Sadeck, compensavam o clima de vigilância que se instaurou nas escolas.

Em tempos como o que vivemos, em que propostas de controle sobre os professores, sobretudo de ciências humanas, cada vez mais ganham corpo, com diversas tentativas de normatização da chamada “lei da mordaza” por assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais Brasil afora, a reflexão central que guiou esse trabalho se mostra atualíssima, pois, surpreendentemente, após todo o esforço de redemocratização em nosso país, vozes autoritárias se levantam contra a autonomia de pensamento dos docentes e discentes, tendo como subterfúgio uma pretensa neutralidade, que na verdade nada mais é do que um cerceamento de cunho marcadamente partidário, porque reacionário.

O caso apresentado neste trabalho mostra o quanto os educadores comprometidos como uma visão emancipadora de educação têm de estar vigilantes, uma vez que o fim do regime militar não significa, infelizmente, a superação da perseguição aos docentes. Assim, esperamos que esta pesquisa possa contribuir, de alguma maneira, na conscientização sobre o quanto temos a perder quando cerceamos o livre pensamento no ambiente escolar e, de igual maneira, sobre os riscos de negligenciarmos a liberdade no espaço de ensino em benefício de

propostas políticas que colocam o desenvolvimento econômico acima das demais dimensões que são inalienáveis em um Estado democrático de direito, como é o caso da liberdade de expressão e de construção do pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV. 2004.
- BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, SP: Cortez, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria de ensino**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.
- CEREZER, Osvaldo Mariotto. Educação e dominação social: O ensino de História no regime militar brasileiro. **Revista de História e Estudos Culturais**. v.06, nº3, p. 1- 23, JUL./SET. 2009.
- CHAUÍ, Marilena. A reforma do Ensino de História. **Discurso nº 8**. São Paulo: FLCH/USP, 1978.
- COLARES, Anselmo Alencar. **Estudo do período em que o município foi área de Segurança Nacional (1969/1984)**. 1998. Dissertação (Mestrado Sociedade e Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.
- COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. **Coleta, análise e interpretação dos dados**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 8 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- FILGUEIRAS, Juliana Maria. A produção didática de educação moral e cívica: 1970-1993. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento educacional**, Curitiba, v.3, p.81-97, 2008.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. São Paulo: Papirus, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 7. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).
- GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Centauro, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas. Editora da UNICAMP. São Paulo. 1990.
- LEAL, Carmem Beatriz Pereira. **A ditadura militar contada através das memórias**. Rio Grande do Sul. 2016.
- LOURENÇO, Elaine O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, SP, v.30, n.60, p. 97-120, dez. 2010.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan/mar. 2014.

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Revista Historae**. p. 95-108, 2011.

MEIHY, José Carlos; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo, SP: Contexto, 2015.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. **Estação Científica** (UNIFAP), Macapá, v. 6, n. 3, p. 29-39, set./dez. 2016.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessando. Memória e diálogo: desafios da história para a ideologia do século XXI. In Ferreira et al. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

PLAZZA, Rosimary; PRIORI, Ângelo. **O Ensino de História Durante a Ditadura Militar**. Disponível em:<http://www.diaaddiaedecacao.pr.gov.br/portais/pde/arquivos/956-4pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, Marta dos. Efeito das reformas educacionais na formação e atuação dos professores da área de ciências humanas. **Espaço do currículo**, v. 5, n. 1, pp 278 – 286, junho a dezembro de 2012.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLE, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no Magistério).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de Abertura política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. 4: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Marcos A; FONSECA, Selva G. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v 31, nº 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Rebeca Caroline Moraes da. **O Ensino de História e o período da Ditadura Militar**: Apontamentos e leituras acerca desta temática por professores de História. São Paulo, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1998.